

# O TRABALHADOR

MENSUEL DE LA C.G.T. POUR LES TRAVAILLEURS PORTUGAIS

Na conferência de imprensa, de quinta-feira 16 Outubro de 1975, em Aulnay-sous-Bois René LOMET, secretário da CGT põe 5 questões ao Presidente da República Francesa e ao seu Governo. Ele anuncia de importantes decisões de acção

Ver página 4-5.

VEM  
A FRANÇA  
UMA  
DELEGAÇÃO DA  
INTERSINDICAL  
PORTUGUESA

Ver página 3.



## 6 COMÍCIOS E ASSEMBLÉIAS-DEBATE com a participação de secretários nacionais da CGT e da INTERSINDICAL de Portugal



**Champigny (Val-de-Marne)**

às 20 h

Salle Gérard Philippe, rond-point du Château à Coëilly  
Com a participação de André BERTELOOT, Secretário da C.G.T.; Jose Antonio ALVES, secretário da intersindical e Manuel CANDEIAS, da direcção de sindicatos metalúrgicos de Lisboa.

**18 - novembro - 20**

**Clermont-Ferrand (Puy-de-Dôme)**

às 18 h 30

Maison du Peuple, place de la Liberté

Com a participação de René LOMET, Secretário da C.G.T.; Alvaro RANA e José Antonio ALVES, secretários nacionais da intersindical de Portugal.

**Creil (Oise)**

às 18 h 45

Bourse du Travail (cerca da gare), rue F.-Pelloutier  
Com a participação de René DUHAMEL, Secretário da C.G.T.; Filomena SANTOS, Secretário da intersindical nacional e Manuel CANDEIAS, da direcção de sindicatos metalúrgicos de Lisboa.

**20 - novembro - 21**

**Savigny-sur-Orge (Essonne)**

às 18 h 30

Sala de festas

Com a participação de Marius APOSTOLO, membro da Comissão Executiva da C.G.T.

**Saint-Denis (Seine-Saint-Denis)**

às 20 h 30

Union Locale C.G.T., 8, rue Suger  
Com a participação de Jean-Louis MOINOT, Secretário da C.G.T.; Filomena SANTOS, Secretário nacional da intersindical e Alvaro BRANCO, president da federação da metalúrgicos.

**21 - novembro - 21**

**Orléans (Loiret)**

às 18 h 30

Sala des Carmes (cerca da Praça De Gaulle), rue des Carmes  
Com a participação de André ALLAMY, Secretário da C.G.T.; Alvaro RANA, Secretário nacional da intersindical e Manuel LOPES, presidente da federação do textil do Portugal.

# O CONGRESSO MUNDIAL PELO ANO INTERNACIONAL DA MULHER

2.000 delegadas representando 131 países, participaram nos trabalhos do congresso que se realizou em Berlim, capital da República Democrática Alemã.

A nossa organização, a C.G.T. delegou as camaradas Janette Levert, secretária da Federação dos ferroviários e Janine Olmi, secretária da União Departamental de Meurthe e Moselle.

Este congresso, convocado e preparado por 18 organizações internacionais, femininas e mistas, tem por princípio desenvolver e aprofundar os temas lançados pela O.N.U. durante todo este ano, internacional da mulher.

a) A eliminação da violação dos direitos do homem, de todas as formas de discriminação em relação às mulheres.

b) A igualdade, não unicamente nos direitos, mas nos factos;

c) Integração completa das mulheres no desenvolvimento da Sociedade;

d) A importância da sua contribuição para a cooperação entre os Estados, e o reforço da paz em todo o Mundo.

Fala-se pois, duma vasta confrontação nas diversas situações e de uma espécie de trampolim para agir, lutar e avançar.

O congresso recebeu, principalmente de Chefes de Estado e de personalidades, imensas mensagens de apoio e desejos de plenos sucessos nos trabalhos.



FREDA BROWN, Presidente do Comité internacional preparatório (do congresso), submeteu à sessão plenária as grandes linhas do congresso e os temas de reflexão das comissões:

1) Igualdade para as mulheres no seio da sociedade;

2) A educação das mulheres;

3) A mulher e o trabalho;

4) A contribuição na vida social;

5) A mulher e a sociedade;

6) As mulheres e a luta pela paz e a independência Nacional;

7) A influência dos meios de comunicação de massa sobre a atitude da opinião pública em relação às mulheres;

8) A cooperação e as acções comuns das mulheres pela realização dos objectivos internacionais.

## O PROBLEMA DA IGUALDADE

O congresso fixou o objectivo de dar a sua contribuição em três problemas fundamentais, que as Nações Unidas tinham salientado no seu programa para o Ano Internacional da Mulher:

— Facilitar a instauração da com-

pleta igualdade entre o homem e a mulher;

— Asegurar a integral participação das mulheres no desenvolvimento da sociedade;

— Reconhecer o importantíssimo papel das mulheres na consolidação da paz Mundial.

É possível constatar como a situação das mulheres se agrava cada vez mais sob os aspectos económico e social nos países em que vivem e mesmo as diferenças de um continente para outro, onde os problemas da igualdade, por exemplo, têm um significado diferente; como a simples palavra « Mentalidade » é facilmente interpretada, podendo esconder o sentido, segundo é evocada por mulheres Africanas, mulheres Árabes ou mulheres Canadianas, e entretanto como tudo é comum.

ANGELA DAVIS, que representa no Congresso a Aliança Nacional contra opressão racial e política, exprimiu deste modo o seu sentimento:

« Face à opressão geral das mulheres, constata-se que as mulheres negras sofrem mais duramente; elas não separam a sua luta da luta geral das mulheres. A nossa luta contra a opressão racial também não se separa da luta social.

As grandes linhas do diálogo deste congresso devem partir da realidade objectiva de diversas situações e da vontade comum de as fazer entrar na vida, num plano de acção Mundial.

## UM DECRETO-LEI AGRAVA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES EM VEZ DE AS ALIVIAR

Celebrando à sua maneira o ano internacional da Mulher os Senhores Chirac e Durafour de assinar um decreto-lei que agrava as condições de segurança no trabalho das mulheres (1).

### MERCADORIAS EXPOSTAS A VISTA DOS FREGUESES NO EXTERIOR DO ESTABLECIMENTO

Até à data presente o emprego das mulheres de qualquer idade era proibido em absoluto no exterior dos estabelecimentos comerciais depois das 20 horas ou quando a temperatura era inferior a zero graus. Esta proibição foi todavia retirada para as mulheres de mais de 18 anos, seja qual for a hora e a temperatura, salvo opinião contrária do médico do trabalho. A proibição absoluta só dirá respeito, de futuro às mulheres declaradas grávidas e sómente após as 22 horas (no lugar das 20 horas). **TRICICLOS** (veículos a pedais)

Até à data, era proibido às mulheres o transporte sobre triciclos transportadores a pedais. Daqui em

diante. Será autorizado para as mulheres com mais de 18 anos, ao limite de 75 kg (veículo incluído), salvo proibição do médico do trabalho (2).

### CARRINHOS DE MÃO

Até à data, era proibido o transporte sobre carrinhos de mão às mulheres. Daqui em diante ele é autorizado para as mulheres com mais de 18 anos, até ao limite de 40 kg (veículo incluído) salvo proibição do médico do trabalho (2).

### MAQUINAS EM FUNCIONAMENTO

Até à data, era proibido empregar as mulheres na reparação de máquinas, mecanismos ou órgãos em funcionamento. Esta proibição foi suprimida.

(1) O trabalho das mulheres é proibido entre as 22 horas e as 5 horas da manhã salvo derrogação administrativa (artigo L. 213-1 e L. 213-2 do código).

(2) É salvo para as mulheres que sejam declaradas grávidas.

(Extraído da « V.O. » do 24-9-75).

## GRANDIN : 8 MESES DE LUTA PELA GARANTIA DO EMPREGO

Estas mulheres são um exemplo para todos aqueles que, em França, estão no seu caso, lutando para conservar o emprego.

O caso GRANDIN é um exemplo concreto de tentativa de liquidação de uma empresa perfeitamente viável que um grupo capitalista, principal accionista, tinha decidido fechar em função dos seus interesses.

Como sempre, em caso igual, sem consideração das consequências que esta fria condenação poderia ter para os trabalhadores e suas famílias. Uma vez mais, o rendimento do capital, sempre concebido em desdenho dos trabalhadores, tinha inicialmente predominado do lado patronal.

Em 8 meses de luta « os vestidos vermelhos » como chamam agora às trabalhadoras da empresa Grandin ganharam uma dura catilha.

Durante 8 meses, estas mulheres bateram-se constantemente impondo a sua presença no escritório de Michel d'Ornano, ministro da Indústria que pretendia que : « Grandin tinha acabado ». Ornano que afirmou, em 13 de Outubro, dia da tomada de posse da empresa, que



o caso foi regularizado graças ao Poder, e que se ele durou tanto tempo foi culpa da C.G.T. e dos comunistas.

Infelizmente, para o senhor d'Ornano e seus cúmplices que as mulheres dos vestidos vermelhos não acreditaram nas suas predições.

Elas não quiseram ser os desgastados da crise capitalista.

Bateram-se e ganharam. E provaram que o desemprego não era fatal e que a luta inteligente, obstinada e activa acabava por vencer.

# DEM A FRANÇA UMA DELEGAÇÃO DA INTERSINDICAL PORTUGUESA

Durante uma conferência de imprensa realizada em Aulnay-S-Bois no passado dia 16 de Outubro, a C.G.T. lançou uma intensa campanha sobre os problemas da imigração em França. No decorrer desta campanha estão previstas várias dezenas de comícios em todo o país. Serão tratados os problemas que se colocam a toda a classe operária e por consequência aos trabalhadores imigrados, face à crise capitalista, da qual nem os trabalhadores franceses nem os imigrados estão dispostos a aceitar os sacrifícios que o patronato e governo lhes querem impôr, enquanto que os lucros do capital monopolista e das multinacionais aumentam escandalosamente. Franceses e imigrados, exigiremos do Presidente da República, a resposta às cinco questões que lhe foram postas publicamente pela C.G.T. (que aparecem por extenso noutra local deste jornal) : a nova Convenção Internacional sobre os direitos dos trabalhadores migrantes ; renovação das cartas de trabalho e de estadia dos imigrados desempregados ; assassinatos e agressões racistas ; os meios para assegurar aos trabalhadores imigrados e suas famílias a igualdade de direitos ; o escândalo da utilização que é feita com as finanças do « Fonds d'Action Sociale » (FAS).

Mas, no quadro desta campanha, como não podia deixar de ser, dadas as negociações em curso entre os governos da França e de Portugal em vistas da revisão dos acordos franco-portugueses de Segurança Social, referentes aos trabalhadores migrantes, entre os dois países, as organizações da C.G.T. tomarão as mais diversas iniciativas no sentido de discutir com os próprios trabalhadores portugueses das propostas da C.G.T., contidas no seu programa reivindicativo, em relação à imigração portuguesa e das iniciativas a levar a cabo junto dos poderes públicos para exigir : a igualdade efectiva dos direitos em relação aos trabalhadores franceses ; pela participação das centrais sindicais representativas nas negociações entre os dois governos, o que permitiria aos próprios interessados, por intermédio das suas organizações de classe, fazer ouvir a sua voz.

Mas como é natural, não podíamos deixar de abordar a situação em Portugal que se repercute também na imigração e que como é compreensível, preocupa os trabalhadores portugueses em França que desejam firmemente a consolidação da democracia e o começo de vez, da verdadeira construção do socialismo em que todos os portugueses vivam felizes.

Assim a C.G.T. convidou oficialmente uma delegação da INTERSINDICAL Nacional de Portugal que estará em França de 17 a 22 de Novembro.

A delegação participará assim em seis grandes comícios na região parisiense e na província : no dia 18, no Val de Marne com a participação do camarada André BERTELOOT, Secretário da C.G.T., e no Essone, com a participação do camarada Marius APOSTOLO, membro da Comissão Executiva da C.G.T. ; no dia 20 no Puy de Dôme, com a participação do camarada René LOMET, Secretário da C.G.T. e, no Oise, com a participação de René DUHAMEL, Secretário da C.G.T. ; no dia 21 em Loiret, com a participação do camarada André ALLiMY, Secretário da C.G.T. e, na Seine Saint Denis, com a participação do camarada Jean Louis MOINOT, igualmente Secretário nacional da C.G.T.

Pela importância que revestem todas estas iniciativas para os trabalhadores portugueses em França, estamos certos de que os nossos camaradas e amigos leitores saberão dar a sua contribuição para a mobilização dos seus camaradas de trabalho, amigos e familiares.

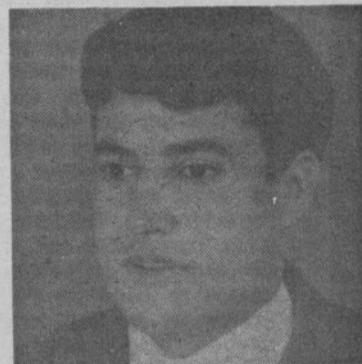
## O 80º ANIVERSÁRIO DA C.G.T.

Comemorando o 80º aniversário da CGT, a « VIE OUVRIERE », em número especial, publica uma série de entrevistas de trabalhadores que, quando imigrados em França, militaram na CGT e ocupam hoje importantes responsabilidades nos seus países respectivos ou nas Instâncias internacionais.

Assim, Enrique PASTORINO é hoje presidente da FSM, Edward GIREEK, primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polaco ; Marcelino CAMACHO, militante das Comissões Operárias, actualmente preso em Espanha ; Hoang Quoc VIET, presidente da Federação dos Sindicatos do Vietname ; Lazare COULIBALY, que assumiu importantes responsabilidades quando da independência do Mali e se encontra actualmente na reforma ; Antonio ANDRADE, antigo colaborador de « O TRABALHADOR » e actualmente secretário da INTERSINDICAL.

É o testemunho deste último que publicamos abaixo, graças à « VIE OUVRIERE ».

### TRABALHADOR PORTUGUESES NÃO TRABALHADOR



Obrigado a expatriar-me em 1970, jovem trabalhador português imigrado no vosso país, não tive de esperar muito tempo para me aperceber que havia em França uma organização sindical capaz de me ajudar, como ajuda todos os trabalhadores imigrados, na minha vida quotidiana, para me defender contra os nossos exploradores comuns : decedi então de aderir à C.G.T. no mês de Abril de 1971. Fiquei surpreendido pela clareza com que a C.G.T. denunciava a discriminação de que éramos vítimas, tanto nos locais de trabalho como na vida corrente. Assim que aderi à C.G.T., os meus companheiros franceses fizeram-me confiança e encarregaram-me com responsabilidades. Sentia-me um trabalhador e um sindicalizado completo. E foi assim que fui chamado a colaborar na redacção do jornal que a C.G.T. edita em língua portuguesa e destinado aos meus compatriotas imigrados em França. Até Abril de 1974 ocupei-me com outros cama-

radas da edição desse jornal, « O TRABALHADOR ». Em 25 de Abril de 1974 o regime fascista derrubado, voltei para Portugal tomar o meu lugar no combate para edificar uma sociedade nova democrática no meu país. A minha estadia em França, a minha acção com os camaradas da C.G.T. foram para mim a melhor escola possível na luta contra a exploração pela libertação dos trabalhadores. Assim, de Lisboa, e na ocasião do 80º aniversário da C.G.T. é meu dever dizer aos meus camaradas trabalhadores em França : não hesiteis, façam confiança na C.G.T. Aderi à C.G.T. Nos trabalhadores portugueses, militantes da INTERSINDICAL nos somos e sempre seremos solidários com a C.G.T. que sempre esteve à frente do combate dos trabalhadores fiel ao Internacionalismo proletário. Em frente com a C.G.T. Em frente para o fim da exploração do homem pelo homem.

Antonio ANDRADE,  
Secretário  
da Intersindical Portuguesa.

### BOLETIM DE ADESÃO

Nome ..... Idade .....  
Apelido .....  
Endereço .....  
Profissão .....  
Empresa onde trabalha .....  
Localidade ..... Departamento .....

A enviar ou a entregar ao delegado sindical C.G.T. na sua empresa ou à : C.G.T., 213, rue Lafayette, Paris 10°.

# Conferência de imprensa da C.G.T., no dia 16 de Outubro, sobre os problemas dos trabalhadores imigrados

## RACISMO E LIBERTADES

### INTERVENÇÃO A. TANGUY

#### DEPOIS DA APRESENTAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA E ANTES DE SEREM EXPOSTAS AS 5 PERGUNTAS AO GOVERNO, A PALAVRA FOI DADA SUCESSIVAMENTE A 3 MEMBROS DO SECRETARIADO NACIONAL DA MÃO D'OBRA IMIGRADA DA C.G.T.

Em primeiro lugar Aubin Tanguy mostrou que o racismo e a xenofobia não podem ser separados das outras formas de atentados à liberdade e à dignidade dos imigrados que têm por fim virar o descontentamento das suas verdadeiras causas, fazendo suportar os desgastes da crise aos trabalhadores e em especial aos imigrados. Isto explica, acrescenta ele, a mansuetude que os criminosos racistas gozam da parte do Poder Público, apesar da lei anti-racista. Lembra também que é este o estado de insegurança que pesa sobre os trabalhadores argelinos que levou o presidente Boumedienne a anunciar em 20 de Setembro de 1973 o fecho da emigração. Denuncia também certas atitudes do poder que alimentam o racismo, os poderes discricionários do Ministério do Interior que legalizam a insegurança dos imigrados. Denuncia igualmente as ilegalidades flagrantes que são frequentes. E põe a questão: « Se os imigrados não beneficiam das garantias individuais suficientes, a prática do direito sindical não é ela ilusória? ».

Perseguições policiais, ameaças de expulsão, recusa de naturalizações, operações « coup de poing » criadas por Poniativsky, tolerância do poder pelas ilegalidades praticadas em Chrysler e Citroën com o apoio dos homens da CFT, são outros tantos golpes contra as liberdades dos imigrados.

Deve salientar-se que além da tolerância do Poder — quando o patrão não tem a ajuda directa — beneficia também da ajuda de certos consulados estrangeiros (Marrocos, Tunísia, Espanha) que fazem pressão sobre os seus dependentes.

Aubin Tanguy termina fazendo a seguinte pergunta: « Quem perturba a ordem pública (motivo várias vezes evocado para as expulsões), os trabalhadores que fazem greve ou os patrões que enviam à morte os trabalhadores, por falta de meios de segurança suficientes? (mais de 2.500 mortes por ano por acidentes de trabalho) ».

Sobre o tema do anti-racismo e das liberdades a questão põe-se: « A atitude do poder em França não corresponde às exigências inscritas nos textos adoptados em

Junho, pela Conferência Internacional do Trabalho. É uma das razões da recusa do Governo Francês de adoptar este texto? ».

**DIANTE** os múltiplos problemas que se põem aos imigrados e nomeadamente neste período de crise onde os problemas de emprego e de desemprego de acentuam, a C.G.T. encontrou a imprensa no dia 16 de Outubro, num foyer de trabalhadores imigrados em Aulnay-sous-Bois (Seine-Saint-Denis) para debater estas questões.

**DE** numerosos jornalistas estiveram presentes o que permitiu, pelas suas questões, de precisar um certo número de pontos para melhor informar a opinião pública sobre os problemas que se põem e as respostas da C.G.T.

René LOMET, secretário da C.G.T. que presidia este encontro pôs publicamente cinco questões ao Presidente da República Francesa e ao seu Governo. Ele anunciou igualmente, uma série de decisões de acção C.G.T. para concluir as reivindicações postas.



## BASTA DE PROMESSAS BASTRAM

### AS DECLARAÇÕES DEMAGÓGICAS

Após 500 dias de poder « giscardien », a situação não melhorou mas ao contrário piorou, René LOMET põe 5 questões ao Governo de Giscard d'Estaing :

1. — Porquê em Genebra em Junho último, os representantes do Governo francês na Conferência Internacional do Trabalho recusaram-se a votar o texto, de uma nova convenção internacional que requiere a quem rectificar de se comprometer a assegurar as mesmas possibilidades e o mesmo tratamento, a respeitar os direitos fundamentais do homem, de todos os trabalhadores emigrantes e de lhes garantir a igualdade de direitos no que diz respeito às liberdades individuais e colectivas ?

Eis portanto, actos bem precisos que contrastam com as belas palavras dos homens do governo.

Sim ou não, o governo francês rectifica esta convenção ?

2. — Os poderes públicos renovarão sem sujeições — como prevê a convenção de Genebra e que o Governo francês recusou-se a assinar — as cartas de trabalho e de estadia « séjour » aos trabalhadores imigrados no desemprego, ou pensa o Governo proceder à expulsão dos trabalhadores imigrados invocando o pretexto que eles são desempregados e que portanto por essa razão não lhes será possível renovar as cartas de trabalho e de estadia ?

3. — Que medidas imediatas pensa tomar o ministro do interior para assegurar efectivamente a todos os trabalhadores imigrados e sua família, o respeito, a dignidade e a segurança ?

É uma questão que nós posémos já no dia 17 de Setembro ao Senhor PONIATOWSKI no decorrer de uma delegação comum C.G.T. - C.F.D.T. ao ministério do interior e da qual nós não recebemos nenhuma resposta.

4. — O Governo vai tomar medidas e arranjar meios para assegurar efectivamente a igualdade dos direitos dos trabalhadores imigrados, e nomeadamente em relação à segurança social e abonos de família ?

Por exemplo, porquê o prémio « prime » de 250 Francos da entrada escolar às crianças dos imigrantes que ficaram no país de origem não é acordado ?

5. — As somas afectadas ao F.A.S. (Fundo de Acção Social) servem muitas vezes a fins diferentes dos previstos (por exemplo : o financiamento de emissões de televisão e de rádio...) É verdade também que elas permitem o financiamento rede acolhimento) e de « foyers » no qual o mais claro trabalho consiste a « enquadrar » e a « vigiar » os trabalhadores imigrantes.

A segunda intervenção, sobre o emprego, é feita por M. APOSTOLO, membro da CE da CGT, responsável do Sector Imigração da CGT

Após os 500 dias de reinado de Giscard d'Estaing e as « 32 medidas » anunciadas por DIJOUR, terão os imigrados encontrado a « Alegria de viver » tão decantada pelos homens do Poder ?

Colocada a questão, M. APOSTOLO propõe-se fazer um rápido balanço das acções e dos resultados obtidos no referente ao emprego, sob os seus dois aspectos :

#### Emprego/Desemprego e Tráfico de Mão-de-obra

Da proibição de entrada em França de novos emigrantes, decidida pelo governo francês em Julho de 1974, resultou uma diminuição de 80 % da imigração. Milhares de trabalhadores, após as férias ficaram nos respectivos países, devido à falta de trabalho em França. Não regressando a França, estes trabalhadores perderam todos os seus direitos.

Apesar disto, o número de desempregados não diminuiu em França, ao contrário. O que prova que, sob este aspecto, os despedimentos prioritários de trabalhadores imigrados não constituem de forma alguma uma solução para os problemas do desemprego em França.

A 29 de Julho de 1975, o presidente da República declarava à televisão :

«... Há um certo número de trabalhos que doravante podem ser assumidos por franceses, donde uma reorganização profunda das condições de trabalho e formação ».

Tais propósitos são inadmissíveis, porquanto alimentam sob dois aspectos a campanha xenófoba que se desenvolve em França :

1 - Os imigrados comem o pão dos franceses ; a sua expulsão permitirá outros tantos empregos para os nacionais ;

2 - Os trabalhos mais duros e mal pagos convêm aos imigrados, mas não aos franceses.

Pela nossa parte, consideramos que tanto os imigrados como os franceses não são responsáveis pela crise e pelo desemprego ; portanto, nem uns nem outros devem

## EMPREGO E DESEMPREGO M. APOSTOLO

sofrer as consequências de tal situação.

Para os trabalhadores imigrados, assim como para as mulheres e os jovens, os problemas do emprego tornaram-se uma questão prioritária, juntamente com a questão do poder de compra e a formação profissional. Com efeito, e segundo as estatísticas do Ministério do Trabalho, o número de desempregados estrangeiros cresceu muito mais depressa que o dos desempregados nacionais.

O orador prossegue, demonstrando que se é verdade que a crise da sociedade francesa se agrava e se reflete fortemente na imigração, o governo e o patronato procuram desembaraçar-se de uma boa parte dos imigrados, através de medidas repressivas e selectivas. M. APOSTOLO recorda o que declarava o patronato em 1974 ; instalar fábricas nos países fornecedores de mão-de-obra e matérias-primas.

Isto quer dizer que iriam explorar a mão-de-obra e as matérias-primas, a baixo preço, nos próprios países fornecedores — o todo acompanhado de substanciais franquias fiscais, consentidas pelo governo francês.

M. APOSTOLO expõe em seguida o mecanismo posto em pratica no dia 2 de Maio de 1975, através de uma circular do Sr. Paul DIJOUR :

— O titular de uma carte temporária de trabalho, válida por um ano, se se encontra sem trabalho no momento de a renovar, a prerrogativa da referida carta será de 3 meses somente. Ao cabo destes 3 meses o imigrado, continuando sem trabalho, poderá ser expulso.

— Para os titulares de uma carta de « séjour » ordinária, de 3 anos, se se encontram nas condições acima referidas, verão a sua carta de trabalho renovada por 1 ano somente, sem garantia alguma, correndo igualmente o risco de expulsão, se se encontram sem trabalho.

Estas novas disposições estão em contradição flagrante com o texto da nova Convenção Internacional, adoptada na 60ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Junho de 1975,

## OS DIREITOS SOCIAIS DOS IMIGRADOS SERGE CAPPE

Na terceira intervenção, do camarada Serge CAPPE, membro do Secretariado Nacional da Imigração C.G.T., este analisou os direitos sociais dos imigrados.

A discriminação, em matéria social é a mais gritante de que os imigrantes são vítimas. Com a crise actual, esta toma um carácter desumano. Foi assim que se expressou Serge CAPPE, Director do I.N.C.A.-C.G.T. que conhece perfeitamente estes problemas.

Demonstrando como, após algumas lutas, o Tribunal da CEE condenou a França por esta se ter recusado a conceder as bolsas de estudo aos filhos dos trabalhadores imigrados. Mas se o governo foi forçado a acordar as ditas bolsas às crianças de todas as nacionalidades, a verdade é que as continua a recusar a nível universitário, inclusivamente para os oriundos dos países da CEE.

Vejam como, com a ajuda do I.N.C.A.-C.G.T., o Tribunal da Comunidade Económica Europeia, nestes últimos dias, acaba de dar razão à C.G.T. : a carta de redução das tarifas dos cominhos de ferro (SNCF) « para famílias numerosas » deve ser igualmente atribuída às famílias dos trabalhadores imigrados da CEE, e pergunta : « que esperam os senhores Durafour e Dijoud para tomar as medidas necessárias a este efeito e, igualmente para a sua extensão aos trabalhadores portugueses, espanhóis, turcos, iugoslavos, etc, ainda excluídos deste direito.

A seguir, o camarada CAPPE, abordou o problema dos acidentes de trabalho, doenças incuráveis, mutilações, causados pela insuficiência de medidas de segurança no trabalho. Esta calamidade atinge mais duramente os trabalhadores imigrados. Cerca de duas vezes e meia mais do que os trabalhadores franceses, entre os quais, os acidentes de trabalho são já terrivelmente numerosos. A « criminalidade patronal » acrescentou o camarada

CAPPE, continua sem que o Ministro da Justiça nem o Ministro do Interior se comovam absolutamente nada. Apesar de não faltarem os motivos, ainda nenhum patrão foi preso.

Enseguida, CAPPE demonstra as consequências desastrosas que tem para um trabalhador imigrado um acidente de trabalho, dificuldades de readaptação, discriminação no caso do regresso ao seu país natal.

No que diz respeito à formação profissional, os números que falam por si próprios, desmentem claramente o optimismo do senhor Dijoud. Apenas beneficiaram da F.P.A. 5.500 imigrados, entre 42.000. Uma situação igualmente escandalosa, é a dos reformados, os prazos de pagamento das suas pensões, têm como consequência que o seu versamento é com frequência feito, depois da morte dos interessados.

Abordar o problema dos abonos de família, para além da agravação da diferença da tarifa (discriminatória) praticada no caso dos trabalhadores cujas famílias residem em Porgal, em comparação com a tarifa praticada em França, o orador demonstrou com é constante a degradação do poder de compra dos trabalhadores imigrados. Com referência a 728.000 crianças dos imigrados em geral, a C.G.T. calculou a perda de que estes são vítimas, a 1.312.000.000 de francos.

Um outro exemplo : apesar da Convenção da O.I.T. ter sido ratificada pela França, os trabalhadores imigrados não beneficiam do subsídio atribuído às crianças fisicamente diminuídas.

O governo recusa-se também a pagar o subsídio de 250 F por cada criança (subsídio do começo do ano escolar), no que se refere aos filhos dos imigrados, vivendo nos países natais.

A seguir, CAPPE, demonstrou que o FAS « meio privilegiado » de execução da política governamental, que financia a política de construção de « foyers », alojamentos, ensino do francês, funcionários destas organizações e ainda, emissões de rádio e televisão, tem como essencial fonte de recursos, o dinheiro retirado das prestações sociais, que devia ser versado aos trabalhadores imigrados e suas famílias.

CAPPE estigmatizou a imoralidade que consiste em utilizar o dinheiro destinado a compensar os encargos de família, e terminou dizendo : como vêem, é esta a expressão da política social do governo.

## PARA IMPOR SATISFAÇÃO A C.G.T. ORGANIZA UMNESÁ CAMPANHA

Os trabalhadores já estão fartos de promessas e de declarações demagógicas, tanto do Presidente da República como do senhor Dijoud, Secretário de Estado da Imigração.

Para impor o cumprimento das promessas, trabalhadores franceses e imigrados, desenvolverão a sua acção unitária. É neste sentido que a C.G.T. organiza mais uma nova e intensa campanha sobre os problemas dos trabalhadores imigrados.

Primeiro, no que respeita às duas mais importantes imigrações : portuguesa e argelina. Por esta ocasião estarão junto de nós, uma delegação da U.G.T.A. e uma outra da INTERSINDICAL de Portugal.

Em 1976, duas sessões de estudo :

- Sobre os problemas dos trabalhadores marroquinos,
- Sobre os problemas dos trabalhadores turcos.

Esta campanha terminará na Primavera de 1976, com a realização da 4ª Conferência Nacional da C.G.T. Sobre os Problemas dos Trabalhadores Imigrados.

O camarada René LOMET, Secretário Nacional da C.G.T., terminou a sua intervenção lembrando a atenção que a C.G.T. presta à participação, na luta da classe operária, dos trabalhadores franceses e imigrados unidos, regosijando-se de que são cada vez mais numerosos os trabalhadores imigrados, entre os quais os portugueses, que participam na acção lado a lado com os franceses, e que isto constitui a melhor garantia para assegurar o sucesso da nova campanha lançada pela C.G.T. em favor dos trabalhadores imigrados.

# PARA UMA VERDADEIRA SEGURANÇA SOCIAL

No dia 4 de Outubro último, fez exactamente 30 anos que a França criava uma legislação de segurança social «*sécurité sociale*» que seria, para a época, uma das mais avançadas de todos os sistemas de protecção social que existiam nos países da Europa capitalista.

Inspirando-se do programa do Conselho Nacional da Resistência no qual faziam parte as forças de oposição ao ocupante nazí, homens como A. Croizat, G. Buisson, H. Raynaud, todos militantes da C.G.T., vieram dar a esta criação, uma estrutura que seria posta ao serviço da classe operária, devendo rapidamente trazer uma protecção eficaz contra a doença, o acidente e as suas consequências.

Pela primeira vez foi admitido o princípio que a Sociedade deveria assegurar a protecção dos trabalhadores e membros da família contra os perigos da vida corrente: a doença, o acidente de trabalho, a velhice, a invalidez, a morte.

Pela primeira vez também, foi adoptada a ideia que a responsabilidade dos riscos não incumbia só a quem foi atingido mas sim ao conjunto da sociedade e em primeiro lugar à empresa que o empregava.

Enfim sobre o plano dos organismos encarregados da aplicação desta legislação social, e com o mantimento das vantagens obtidas no passado, foi fixado o princípio de gestão democrática pelos interessados, ou seja pelos trabalhadores através de eleições ao escrutínio proporcional para eleger os seus representantes nos Conselhos de Administração.

Trinta anos passaram. Trinta anos de lutas, através dos quais os trabalhadores souberam, ao apelo da C.G.T., conduzir a batalha para salvaguardar e em certos casos melhorar as vantagens obtidas.

Desde 1948, data na qual o grande capital obtinha a saída dos ministros operários do governo, até hoje, os ataques não faltaram relembrados:

— A supressão pelo regime gaullista em 1958 do reembolso dos primeiros 3000 AF. (antigos francos) para todos os segurados sociais. Esta medida penalizava os trabalhadores, sobretudo no reembolso de produtos farmacêuticos. Foi graças a acção dos trabalhadores e em particular da CGT que os assegurados se mobilizaram e obrigaram que esta medida fosse anulada.

— As prescrições de 1967 que suprimiam aos segurados o direito de eleger os seus representantes nos

Conselhos de Administração e que ao mesmo tempo instauravam a paridade, permitindo assim aos representantes do patronato de ter, com a colaboração de classe de certas organizações sindicais, a completa gestão do dinheiro dos trabalhadores.

— Enfim, a lei de Dezembro de 1974 sobre a compensação que tende a uniformizar num mínimo as diversas prestações.

Em 1945, num país que em todos os domínios tinha sofrido uma guerra e que tinha falta de mão de obra para se levantar das suas ruínas, o nível de protecção dos assalariados era superior ao de hoje em dia.

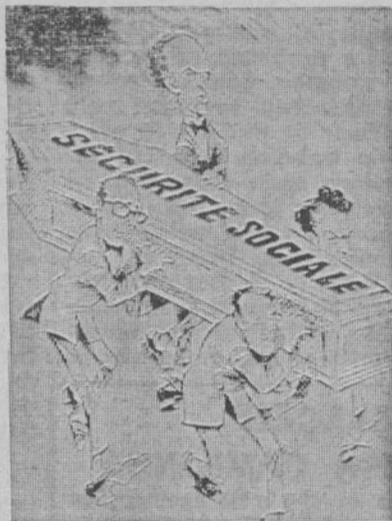
Na realidade, até hoje, as cotizações não deixaram de aumentar e as prestações pagas aos segurados sociais diminuíram ou estagnaram.

— A tabela das indemnizações diárias não evoluiu de 30 anos para cá e são hoje das mais baixas dos países do mercado comum. O mesmo acontece com as pensões de acidentes de trabalho.

— A tabela de reembolso dos produtos farmacêuticos passou até de 80% a 75% (ela era de 70% antes das lutas de Maio de 1968).

Em relação aos abonos de família, o não respeito da base de referência inicial ou seja (225 vezes do salário horário do manobra da metalurgia parisiense trouxe para os trabalhadores uma perda no poder de compra de 50%).

Neste campo, os trabalhadores imigrados são particularmente penalizados pela política actual do governo. E isto porque eles pagam as mesmas cotizações que os trabalhadores france-



ses e não recebem as mesmas prestações quando a família se encontra no país de origem.

Ainda em relação a um dos grandes problemas da actualidade que é a reforma, estava previsto pela lei, que os trabalhadores que exerciam um trabalho manual poderiam beneficiar de uma reforma antecipada de vários anos sem qualquer perda, nada foi feito. A luta por uma reforma aos 60 anos paga a 75% do salário mobiliza hoje milhões de trabalhadores ao apelo da C.G.T. e da C.F.D.T.

Criando a segurança social, os seus obreiros entendiam que ela poderia vir a ter um grande papel na prevenção e na protecção da população (doenças, acidentes, de trabalho) e que ao mesmo tempo seria feita uma política de urbanização que viria a melhorar as condições de vida (transportes, serviços administrativos, equipamentos sócio-culturais, etc...).

Trinta anos se passaram e a realidade está longe de responder às aspirações dos milhões de trabalhadores.

— Por exemplo, a prevenção escolar é insuficiente e ineficaz, por falta de meios.

No que diz respeito à prevenção dos acidentes do trabalho, no qual a segurança social deveria ter um grande papel através dos comités regionais, tudo é feito para dar prioridade a procura dos lucros máximos, de meia dúzia de senhores.

Assim, em todos os campos, tudo é feito para alterar, destruir a imagem de marca e o papel verdadeiro que deveria ter a segurança social ao serviço dos trabalhadores e suas famílias. Ela é hoje em dia para nós um sinónimo de balbúrdia de papéis.

Para os trabalhadores, para os militantes da C.G.T., o 30º aniversário desta instituição deverá constituir uma luta vigorosa por uma verdadeira protecção social para todos.

Inspirando-se das proposições do programa comu de governo, os trabalhadores exigirão que seja feita uma verdadeira política de segurança social gerida por representantes eleitos dos trabalhadores franceses e imigrados.

Inspirando-se do exemplo daqueles que há trinta anos criaram os fundamentos, os trabalhadores franceses e imigrados, podem unidos impôr hoje em dia, uma política que corresponda realmente às necessidades e à protecção de todos.

A. RELAVE

Secretário do Sector Social da C.G.T.

## O QUE É UM SINDICATO

### COMO NASCERAM OS SINDICATOS

A formação e generalização dos sindicatos foi um fruto do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. A medida que o capitalismo ganhava terreno desapareciam as antigas relações de trabalho e de produção.

Desapareciam, assim, os artesãos e artífices e todo um esquema de produção e de relações de trabalho até então dominantes. A produção artesanal, mecânica ou timidamente industrial baseava-se na existência de um indivíduo que era dono das suas ferramentas — os seus instrumentos de produção — e, ao mesmo tempo, trabalhava com elas muitas vezes sozinho, outras vezes rodeado por um grupo relativamente pequeno de aprendizes e artífices.

O fraco desenvolvimento dessa indústria artesanal fazia com que as relações de trabalho de então fossem dominadas por todo um paternalismo que se concretizava — com o apoio da ideologia religiosa — nas IDEIAS CORPORATIVAS. Não havendo bases concretas para que os trabalhadores por conta de outrem compreendessem o mecanismo da exploração do seu trabalho, os trabalhadores não sentiam ainda necessidade de criarem organizações de classe próprias. Nas corporações, assim, coexistiam patrões e empregados, aceitando-se que entre ambos, havia uma identidade de interesses.

O desenvolvimento da maquinaria, a constituição de grandes fábricas que empregavam centenas de trabalhadores, a concentração da riqueza nas mãos de uns poucos enquanto o enorme exército do proletariado industrial vivia numa extrema miséria, sujeito a ritmos cruéis de trabalho, foram factores que vieram alterar profundamente esta situação.

Os trabalhadores não só chegaram à conclusão de que todos viviam na mesma situação de aguda exploração e de extrema miséria, como deixavam de ter quaisquer dúvidas sobre o imenso fosso que separava as suas condições de existência das dos seus patrões, os grandes capitalistas.

Os trabalhadores, e antes de mais o operariado industrial da altura, começaram a unir-se para lutar pelos seus direitos humanos e sociais, para melhorarem as suas condições de vida e de trabalho. Ao mesmo tempo identificaram claramente o seu inimigo comum, de classe: o patronato, os capitalistas. A LUTA ECONÓMICA FOI, ASSIM, A PRIMEIRA FORMA DE LUTA DE CLASSES DO PROLETARIADO. A custa de muitas batalhas, difíceis e longas, os trabalhadores começaram a ver que não lhes chegava a luta pela luta, a luta espontânea, ao sabor das circunstâncias. Os capitalistas — o seu inimigo de classe — estavam organizados e tinham a seu lado o Poder do Estado. Perante isto, os trabalhadores chegaram à conclusão, através da luta, de que precisavam unir-se, mas de um modo contínuo e organizado, criando para o efeito, em fins do século 18 e sobretudo já no século 19, as suas organizações de classe, os sindicatos.

## ATENÇÃO TRABALHADORES DESEMPREGADOS

No momento em que a C.G.T. calcula o número de desempregados em 1.500.000, segundo as bases de cálculo do Bureau Internacional do Trabalho, o governo tenta por seu turno diminuir a triste realidade, adiantando a cifra de 950.000 (o que já não seria pouco).

Em vez de empregar pessoal em número suficiente para que a Agência Nacional para o Emprego (A.N.P.E.) possa corresponder às necessidades em matéria de formalidades a preencher respeitante à inscrição dos desempregados, ao contrário, o representante do governo acaba de decidir o envio de um questionário a todos os inscritos há menos de um mês e que não receberam ainda qualquer subsídio de de-

semprego (são certamente quase todos).

**A este questionário, os interessados que não respondam no prazo de 10 dias, serão pura e simplesmente radiados dos ficheiros.**

Esta suplementar e desnecessária formalidade, não diminuirá absolutamente em nada o desemprego. Diminuirá sim, é o número de inscritos, que para além de lhes ser recusado o subsídio de desemprego, ser-lhes-ão igualmente suprimidos os abonos de família, Segurança Social, etc.

No que respeita os portugueses que na maioria dos casos têm imensas dificuldades em ler o francês, esta nefasta medida governamental, constitui mais uma

séria ameaça à sua situação já difícil.

Amigos leitores, explicai esta situação aos vossos camaradas desempregados. Adverti-os da ameaça que pesa sobre eles e suas famílias.

Portugueses desempregados, para melhor defender os vossos direitos, aderi aos «Comités de Chômeurs C.G.T.» que vos ajudarão não só a preencher os ditos questionários, mas igualmente a resolver todos os problemas que se colocam aos desempregados.

Se estais desempregados ou se conheceis amigos desempregados, vão, ou aconselhai-os a que se dirijam à «Union Locale» C.G.T. do lugar a que pertenceis.

SEJA QUAL FLOR A SUA IDADE  
VOCE PODE APRENDER UM OFÍCIO  
OU APERFEIÇOAR-SE PROFISSIONALMENTE

## Formação profissional contínua

**Autorização de ausência para assistir a um estágio de formação profissional:** todo assalariado, seja qual for a sua profissão, a sua idade, o seu sexo e a sua nacionalidade, pode pedir, durante a sua carreira profissional, uma autorização para se ausentar a fim de assistir (a tempo completo ou parcial) a um estágio de formação profissional. O tempo passado no estágio pode ser remunerado. Este direito é reconhecido tanto pelo acordo interprofissional de 9 de Julho de 1970 como pela lei de 16 de Julho de 1971.

Os assalariados, cujas empresas são aderentes do Conselho Nacional do Patronato Francês (C.N.P.F.) ou da organização das Pequenas e Médias Empresas (P.M.E.), podem beneficiar do texto mais favorável nos seus casos particulares. Os outros assalariados beneficiam apenas da lei de 16 de Julho de 1971.

Os trabalhadores do sector público beneficiam de disposições particulares.

### CONDIÇÕES A PREENCHER :

— Ser vítima ou estar ameaçado de despedimento por razões económicas,

— Ter menos de 20 anos, sem contrato de aprendizagem nem diploma profissional e ter mais de seis meses de anciandade na empresa,

— Respeitante aos outros assalariados: ter mais de dois anos de anciandade na empresa; deixar passar um certo prazo, que varia segundo os casos, no caso de ter já assistido a um outro estágio; esperar três anos depois da obtenção de um diploma de aptidão profissional; sempre que o número de assalariados que assistem a um estágio, no mesmo período, não ultrapasse uma certa percentagem determinada em função do pessoal da empresa. Salvo no caso de acordos particulares, a duração do estágio não pode exceder um ano tratando-se de um estágio de formação profissional contínua a tempo completo, ou 1200 horas se se tratar de um estágio não contínuo ou a tempo parcial. Um estágio de « promoção » pode ultrapassar os períodos de tempo indicados, sempre que esteja inscrito numa lista estabelecida por via regulamentar.

### REMUNERAÇÃO

Tratando-se dum estágio por iniciativa do patrão, o salário é pago integralmente, assim como todos os gastos advindos.

Tratando-se de um estágio a pedido do assalariado, este pode ou não ser admitido pela Comissão Paritária Profissional do Emprego. No caso de uma decisão favorável, as primeiras 160 horas de estágio são pagas pelo patrão. O restante, por vezes, é pago em condições definidas pela Comissão, ou indemnizado em parte pelo Estado ou ainda por um Fundo de Formação de que, neste caso, o patrão terá de ser aderente.

No caso de estágio não ser admitido pela Comissão, o patrão está na obrigação de acordar o tempo de ausência necessário para estágio de formação, mas não a remuneração. Neste caso, por vezes o Estado paga.

### PRECAUÇÕES A TOMAR

Antes de qualquer demanda de ausência para assistir a um estágio de formação profissional, é necessário conhecer os seguintes aspectos:

— Qual o diploma atribuído pelo estágio, a que nível de qualificação corresponde e quais as consequências profissionais,

— O programa exacto do estágio e o nível de conhecimentos exigidos para a poder assimilar. Atenção, se se tratar de um estágio preparatório, é necessário ter decorrido um determinado tempo de um estágio ao outro. Atenção também a certos estágios de preformação: tal como são concebidos actualmente, não conduzem a um estágio de formação nem a qualquer qualificação,

— A duração e horários do estágio, os gastos exactos (inscrição, estudos, livros, instrumentos ou ferramentas, alimentação, alojamento, viagem, etc.) e quem assumirá estes gastos.

### INDICAÇÕES E ENDEREÇOS :

— Antes de qualquer inscrição informe-se junto do sindicato C.G.T. ou de um dos seus militantes, nomeadamente dos seus representantes no Comité de Empresa,

— Para mais informações sobre os direitos à formação profissional contínua, leia:

● A « Revue Pratique du Droit Social » N° 330 de Outubro de 1972, 6 F. Escreva para: R.P.D.S. 33, rue Bouret, 75019 Paris,

● A brochura « Un tremplin pour nos luttes » editada pela C.G.T., 6 F.,

● O guia prático sobre « a Formation et le Perfectionnement Professionnels », igualmente editado pela C.G.T., 4 F. Escreva para: C.G.T., 213, rue Lafayette, 75010 Paris,

● O guia prático « L'Emploi » publicado na revista « Vie Ouvrière » N° 1602 de 14-5-75.

Extrado da « Vie Ouvrière » N° 1621 de 24-9-75.

## A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DAS TRABALHADORAS PORTUGUESAS

As trabalhadoras portuguesas da fábrica Volvic, trabalhando na equipa da noite das 13 às 21 horas, decidiram lutar pelos seus interesses. Sem lhes pedir a sua opinião o patrão afixou uma nota de serviço em que dizia o seguinte: « do 1 ao 5 de Setembro o horário será das 13 às 22 horas ».

Maria Helena, Maria, Hermelinda e todas as outras consultaram-se entre si e recusaram a hora extraordinária imposta. As 21 horas em ponto, Maria Helena parou a máquina e a seguir, todas elas abandonaram o trabalho.

**Paralização de trabalho para impedir o despedimento de Maria Helena**

Maria Helena recebeu uma carta da Direcção dizendo o seguinte: « no dia 1 de Setembro às 21 horas você parou a máquina com que trabalhava, recusando-se a continuar o trabalho até às 22 horas, impedindo assim toda a equipa do benefício da hora extraordinária prevista. Queira apresentar-se no escritório do pessoal no dia 5 de Setembro. A Direcção penfactos antes citados, susceptíveis de provocar uma decisão de despedimento ».

Helena apresentou-se. Mas não se apresentou só. Todo o pessoal — na sua grande maioria sindicalizados no C.G.T. — parou o trabalho para a acompanhar durante hora e meia. A Direcção ficou surpreendida e cessou de perseguir Maria Helena.

**Há um ano, era impossível**

Há apenas um ano, esta acção teria sido impossível. As mulheres — vindas de Portugal quando o regime fascista esmagava ainda o seu país — não conheciam sequer a palavra greve. A maioria, vieram juntar-se aos maridos que antes se tinham instalado em Auvergne. A Volvic admitia, e as portuguesas foram trabalhar para a fábrica. O patrão dizia-lhes para trabalharem até às 11 horas, meia noite, e elas continuavam a trabalhar. Os salários eram miseráveis. Nenhuma se atrevia a contestar as ordens do patrão. Maria diz-nos além disso suportávamos pressões e abusos de autoridade de toda a ordem: « o patrão mandava-nos fazer o que muito bem lhe apetecia e nós tínhamos que o fazer. O Director gritava-nos todo o dia e punha-nos na rua por tudo e por nada. Agora já não actua da mesma maneira; ele tem medo de nós e do nosso sindicato ».

O que aconteceu pois, na Volvic em tão poucos meses? Em Fevereiro passado, o pessoal criou um sindicato C.G.T. Em Março, fizeram greve. A principal reivindicação: aumento dos salários, cuja maioria eram inferiores ao SMIC (salário mínimo). Todos participaram na greve. A maioria são mulheres portuguesas, mas também trabalhadores argelinos e turcos. A Direcção, surpreendida com esta primeira luta — acordou-lhes um

aumento de 250 francos por mês. A seguir a esta vitória, quase todas as mulheres aderiram à C.G.T.

Ao perguntar às mulheres da equipa da manhã como andam agora as coisas na fábrica, estas foram unânimes a responder-me: depois que temos cá o sindicato é outra coisa, « as portuguesas tomaram consciência de que unidas representavam uma força. Vê-se bem que todas se sentem orgulhosas de terem obrigado a Direcção a ceder, a Direcção que antes parecia uma força inabalável.

**Eu não admito que o meu salário seja considerado como um suplemento**

Uma trabalhadora da Volvic diz, eu trabalhava com a mesma máquina que uma outra camarada, mas ganhava muito menos do que ela. Era uma maneira de nos dividir. Fui reclamar ao patrão e ele respondeu-me: « o seu marido também cá trabalha na fábrica. Sols dois a ganhar, o seu salário está muito bem assim. « Mas eu não o admiti, porque não é lá porque eu sou casada que tenho que ganhar menos do que as outras... »

Na aldeia de Volvic, em que os portugueses constituem cerca de 30 % de população, a consciência de classe está evoluindo seriamente. Os imigrados, nomeadamente as mulheres, deixaram de ser os trabalhadores submetidos e ignorantes que o patrão desejava.

Extraído da revista « Antoinette »

### VOCÊ SABIA...

● Que em caso de desemprego poderá perder o direito a qualquer indemnização de desemprego se na carta de trabalho constar uma profissão diferente da que exerce realmente e que consta no certificado de trabalho ou na folha de pagamento.

● Que em caso de despedimento ou demissão deve inscrever-se na « Agence Nationale pour l'Emploi » como trabalhador que procura trabalho, mesmo que não preencha todas as condições para beneficiar das indemnizações de desemprego.

● Que esta inscrição lhe permite continuar na posse dos seus direitos em relação sobretudo à « sécurité sociale » e ao abono de família « allocations familiales ».

● Que para beneficiar das indemnizações de desemprego é necessário ter trabalhado 150 dias ou 1.000 horas durante o ano precedente à inscrição como requerente de um emprego.

● Que a partir do momento que possui um cartão de desempregado, pode procurar um emprego em qualquer A.N.P.E. « Agence Nationale pour l'Emploi » do departamento da França que lhe está autorizado e que consta na sua carta de trabalho.

# O 5º ANIVERSARIO DA INTERSINDICAL

A central sindical única dos trabalhadores portugueses, INTERSINDICAL Nacional, comemorou o seu 5º aniversário ao serviço da unidade e da defesa dos interesses morais e materiais dos trabalhadores, com o grande comício do Campo Pequeno em Lisboa. Nesta ocasião foi lembrado mais uma vez que foi durante a ditadura fascista que os trabalhadores tomaram consciência da necessidade de criar uma organização sindical unitária e independente, capaz de coordenar e desenvolver as suas lutas.

Desde a sua criação, a INTERSINDICAL definiu os seus objectivos fundamentais: a luta contra o fascismo, contra as guerras coloniais, contra a repressão, pela liberdade de reunião e de associação, por melhores condições de vida e de trabalho.

Desde os primeiros dias, imposta ao fascismo, vista a sua amplitude, a sua acção e a importante adesão dos trabalhadores, a INTERSINDICAL foi submetida a uma brutal repressão policial que a levou a determinar-se pela acção clandestina.

Com as grandes transformações operadas em 25 de Abril de 1974, Alguns dos objectivos da sua luta tais como: a eleição dos seus dirigentes gozando da confiança dos trabalhadores, a luta contra o desemprego e os despedimentos, por uma Segurança Social ao serviço dos assalariados, foram então alcançados. Mas imediatamente se colocaram novas tarefas ao movimento sindical: expulsão dos dirigentes fascistas dos sindicatos, o fim da guerra colonial, a conquista de melhores condições de vida, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários e a consolidação a defesa do próprio processo revolucionário.

A INTERSINDICAL, tem parti-

cipado em todas as lutas pela defesa da Revolução: 28 de Setembro e 11 de Março. Defendeu com firmeza a unidade dos trabalhadores, exigindo a sua consagração na lei sindical para o que mobilizou centenas de milhares de trabalhadores nos seus locais de trabalho e nos sindicatos, lutou pela nacionalização da banca e dos sectores chave da economia, apoiou os trabalhadores agrícolas na sua luta contra os latifundiários e pelo desenvolvimento da Reforma Agrária.

Actualmente a INTERSINDICAL é uma arma importantíssima ao serviço dos trabalhadores contra a reacção, que se esforça por pôr em causa as conquistas dos trabalhadores e o próprio processo revolucionário.

Conscientes do papel que a INTERSINDICAL desempenha na vida nacional, 2.500.000 trabalhadores dos 3.000.000 que constituem os assalariados portugueses, estão já sindicalizados na INTERSINDICAL Nacional.



TELEGRAMA DA C.G.T.  
POR OCASIÃO  
DO 5º ANIVERSÁRIO  
DA INTERSINDICAL

Por ocasião do 5º aniversário da INTERSINDICAL de Lisboa, o Bureau Confederal da C.G.T. assegura-vos da sua inteira solidariedade para com o justo combate anti-fascista, democrático e pelas reivindicações da classe operária.

A C.G.T. deseja-vos pleno sucesso na vossa acção anti-monopolista, pela liberdade e a independência nacional.

Bureau Confederal da C.G.T.  
René DUHAMEL,  
Secretário da C.G.T.  
Paris a 2 Outubro de 1975.

NOTÍCIAS DE PORTUGAL

## COMUNICADO DA INTERSINDICAL

A Intersindical Nacional desde há muito tempo que vê com bastante preocupação o problema da imigração, o problema dos trabalhadores portugueses que fora do país trabalham e lutam por melhores condições de vida que o regime fascista nunca foi capaz de lhes proporcionar.

Assim nos primeiros dias de Novembro José António Matos Alves operário da construção civil, membro do secretariado da Intersindical Nacional e responsável do sector imigração, teve uma entrevista com o secretário de estado à imigração do 6º governo provisório. O objectivo desta entrevista consistiu na apresentação das preocupações da Intersindical no que respeita à situação e a vida dos nossos compatriotas imigrantes e também tendo em conta a renovação próxima dos acordos entre o governo Português e o governo Francês em relação ao problema grave da imigração. O secretário da Intersindical reflectiu a preocupação com que a sua organização via os problemas dos imigrantes sobretudo no que se refere a:

- Problemas da habitação e alojamento das inúmeras famílias vivendo em péssimas condições;
- O problema do ensino em língua portuguesa aos filhos dos imigrantes;
- O problema da saúde e das condições de trabalho sobretudo em sectores que como o da construção têm ainda um índice de acidentes extraordinariamente elevado;
- O problema da formação profissional efectiva para os nossos compatriotas;
- O problema dos abonos de família e as dificuldades e injustiças que subsistem nesta matéria;
- O problema dos jovens imigrantes em idade do serviço militar e a maneira de solucionar este problema tendo em conta a situação própria ao imigrante;
- A legalização de sectores ainda clandestinos;
- O problema do racismo com todas as implicações que ele tem para a estabilidade dos trabalhadores imigrantes que nos países onde trabalham, criam riquezas e a ajudam o progresso destes mesmos países;
- A exigência firme ao governo francês e não só no que respeita ao não repatriamento dos trabalhadores imigrantes por motivo da crise económica de que de maneira nenhuma poderão ser responsáveis;
- A supressão das desigualdades de direitos e deveres entre trabalhadores portugueses e os naturais dos países onde trabalham;
- O saneamento efectivo dos Consulados e Embaixadas, saneamentos esses que devem ser controlados pelos imigrantes e pelas suas associações democráticas verdadeiramente representativas.

O Secretariado da Intersindical Nacional  
Departamento Imigração.

## CALÚNIAS CONTRA OS VENDEDORES DEMOCRÁTAS E OS MELHORES AMIGOS DE PORTUGAL

Em geral, e sobre tudo na Europa, a campanha vinícola de 1974, foi muito superior à média habitual. Portugal atingiu 14 milhões de hl.

Houve portanto em todos os países produtores, um importante excedente de vinho, o que tem graves implicações para a sua colocação no mercado. A Espanha ofereceu o seu vinho à URSS a 9,95 Dollars o hl. A França, a 11,24 Dollars.

A URSS não aceitou estas ofertas para comprar mais caro (solidariamente) a Portugal, a 12,36 Dollars o hl. o vinho branco, e a 14,07 o vinho tinto. A compra total de vinho em 1975 pela União Soviética a Portugal, ultrapassou já o milhão de hl. E é necessário perguntar quem compraria este vinho se a União Soviética não o tivesse comprado, dadas as dificuldades no mercado internacional? A França, a Itália, a Espanha, a Argélia e a Argentina que são os principais produtores de vinho, têm tido grandes dificuldades para a sua colocação. A Portugal, os países capitalistas que habitualmente lhe compram o vinho, diminuíram as suas encomendas.

Apesar da situação no mercado do vinho e da atitude solidária da União Soviética para com Portugal, o anti-comunismo e o anti-soviétismo cegos, levaram certos sectores políticos portugueses a escrever artigos em que diziam: « agora que a nossa abertura ao mundo toma certas dimensões, co-

meça a evidenciar-se uma certa inaptidão ou carência de especialização e de perícia por parte dos nossos técnicos encarregados de colocar os vinhos ».

Diziam ainda os mesmos demagogos: « segundo consta, o último vinho vendido por nós à União Soviética, teria sido revendido por esta ao Canadá. « Ora, este absurdo foi imediatamente desmentido pela Embaixada do Canadá em Lisboa.

Talvez estes senhores, amantes do socialismo (de um falso socialismo, que eles não confessam, em que a exploração dos trabalhadores continue a navegar num mar de rosas), só para satisfazer o seu anti-comunismo e anti-soviétismo cegos, preferissem que Portugal ficasse com este milhão de hl. de vinho às costas, para o juntar ao « stok » de 2.600.000 hl. da colheita de 1973, sem contar com a colheita de 1975 que já chegou à porta.

## O TRABALHADOR

Directeur de publication:  
Aubin TANGUY, 213, rue  
Lafayette — PARIS-10<sup>ème</sup> — BOTZaris:  
36.50.

Travail exécuté par des ouvriers syndiqués. — Imp. Lenseise - LENS.  
Commission Paritaire n° 322 D 73.